

## A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DOS NEGÓCIOS: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

*Sonia Lucio Rodrigues de Lima<sup>1</sup>*

*Caroline Rodrigues<sup>2</sup>*

Malditas sejam  
todas as cercas!  
Malditas todas as  
propriedades privadas  
que nos privam  
de viver e amar!

Do poema Terra Nossa, Liberdade.

Dom Pedro Casaldáliga

**Resumo:** Este artigo visa contribuir para a análise dos desafios teóricos e políticos à ação do assistente social no exercício da política pública habitacional na sociedade brasileira atual. A reflexão possui os seguintes pressupostos: i) o profissional que atua com a questão habitacional encontra-se frente a uma expressão da questão social que se agudiza no atual período histórico, especialmente, nas grandes metrópoles;

ii) sua atuação está determinada pela forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, pelas condições particulares de realização do trabalho profissional num país da periferia do sistema capitalista, bem como, pelas repercussões das mudanças no mercado de trabalho e na relação entre o estado e a sociedade, no momento atual.

**Palavras chave:** Questão habitacional; segregação sócio-espacial; Serviço Social.

---

<sup>1</sup> Professora da escola de Serviço Social UFF – Niterói

<sup>2</sup> Mestranda de Serviço Social UERJ

## **THE HABITATION MATTER IN CITY OF BUSSINES: CHALLENGES AT SOCIAL SERVICE**

**Abstract:** This article aims to contribute to an analysis of the social worker action's particularities and challenges in the exercise of the habitation public politics in today's society. The reflection has the following presuppositions: i) the professional who works with the habitation matter faces an expression of the social matter that is more evident the current historical period, especially, in the great metropolises;

II) their performance is determined by the profession insertion in the work social and technical division, by the particular conditions of accomplishment of the professional work in a capitalism system peripheral country, as well as, by the repercussions of the changes in the work market and the relation between the state and the society at the current moment.

**Key words:** Habitation matter. Social and space segregation. Private property

### **INTRODUÇÃO**

A elaboração desse artigo parte de inquietações teóricas e políticas relativas à intervenção do assistente social que atua na execução da política habitacional brasileira no momento atual.

A escolha do tema: *os desafios à atuação do Serviço Social junto à questão habitacional na realidade brasileira atual* toma como referência o compromisso com os que lutam pelo direito dos trabalhadores à cidade. Para tanto, parte de dois pressupostos teórico-metodológicos, intimamente relacionados: i) o profissional que atua mais diretamente com a chamada questão habitacional encontra-se, não diante de um fenômeno isolado, mas sim,

frente a uma expressão da questão social que se agudiza no atual período histórico, especialmente, nas grandes metrópoles;

ii) sua atuação está determinada pela forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, pelas condições particulares de realização do trabalho profissional num país da periferia do sistema capitalista, no qual não ocorreu a universalização dos direitos sociais, inclusive os direitos associados à vida urbana, bem como, pelas repercussões das mudanças no mercado de trabalho e na relação entre o estado e a sociedade na ação profissional, no momento atual.

Dois fatos motivaram nossa reflexão: a crítica apresentada por parte de representantes de movimentos sociais (durante o processo de realização da pesquisa Lutas Urbanas e Serviço Social<sup>3</sup>) à forma de atuação de alguns profissionais de Serviço Social vinculados à Secretaria de Habitação Municipal; e a demanda por parte de assistentes sociais atuantes na política urbana por maior orientação dos institutos de formação e pesquisa quanto às novas requisições impostas à ação profissional.

No percurso da realização das entrevistas da pesquisa mencionada, ouvimos de coordenadores do movimento social críticas à recorrente atuação de alguns assistentes sociais que agiram, exclusivamente, em cumprimento às demandas institucionais, em vez de atuarem na defesa dos moradores da ocupação e do seu direito ao acesso à cidade. Diante dessa crítica, nos preocupamos em debater com os representantes dos movimentos sociais as possíveis justificativas ideológicas e políticas da forma de atuação a que se referiam e, ao mesmo tempo, nos esforçamos para contribuir com o debate em curso no interior da categoria acerca das particularidades da ação do assistente social no exercício da política pública habitacional no momento atual, considerando seus limites e desafios.

A segunda motivação refere-se ao fato de que uma parcela da categoria de assistentes sociais - que tem sido requisitada à prestar serviços para diversos empregadores e para o poder público em especial - estar demandando aos CRESS orientação para a atuação profissional na área da habitação no contexto atual. Este fato motivou o aprofundamento de debates e a elaboração de uma nota pelo CRESS/7<sup>a</sup> Região. No texto, ressalta-se que a

---

<sup>3</sup>Essa pesquisa foi desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro ao longo de dois anos por 8 alunos do Departamento de Serviço Social, Escola de Serviço Social – UFF. Tinha como objetivo geral apreender as novas modalidades da luta de classes no urbano brasileiro e como objetivos específicos propor elementos teórico-metodológicos à formação dos profissionais de Serviço Social e contribuir com o aprofundamento do conhecimento teórico dos trabalhadores que organizam os movimentos dos sem-teto e lutam contra os efeitos da questão social no urbano brasileiro.

expulsão dos pobres das cidades (como se fossem entulho indesejável) não se constitui algo novo na organização da cidade capitalista. Porém, observa-se a fortíssima intensificação das ações destinadas a esse fim nos tempos recentes e destaca-se uma questão bastante importante: essa ação ocorre, agora, sob o manto da justificativa da preparação da cidade para os jogos da Copa, o que, a nosso ver, serve para estimular um sentimento patriótico/nacionalista que visa coibir a organização de processos de resistência aos perversos efeitos sociais decorrentes desses empreendimentos.

De posse do acúmulo teórico e político construído, esboçamos a presente reflexão sobre o tema. O texto está estruturado da seguinte forma: inicialmente apresentaremos uma análise sobre a questão habitacional como parte integrante da questão social; em seguida trataremos do processo de transformação do solo urbano em mercadoria; na sequência, abordaremos as particularidades da questão habitacional na realidade brasileira, destacando a segregação sócio-espacial historicamente característica da forma de ocupação do território brasileiro e sua intensificação no momento atual, no qual se aprofunda a aliança entre o capital financeiro e o capital imobiliário. Resulta, especialmente, do estreitamento dessa aliança as recentes mudanças na política habitacional e, conseqüentemente, a agudização da questão habitacional brasileira. Por fim, apontaremos algumas questões e propostas direcionadas ao debate sobre o pensar e o fazer do Serviço Social na conjuntura atual. É nosso intuito, porém, contribuir mais particularmente, com o debate realizado por profissionais diretamente envolvidos com as demandas e os dilemas da formulação e da execução das políticas habitacionais e afins.

## **A QUESTÃO HABITACIONAL: PARTE INTEGRANTE DA "QUESTÃO SOCIAL"**

Lembramos que a aproximação do Serviço Social à problemática urbana ocorreu sob a influência do estrutural-funcionalismo. O caráter higienista e moralizante desta abordagem da questão social foi profundamente combatido ao longo da renovação intelectual da categoria, ocorrida na transição da conjuntura política de forte repressão para a conjuntura de redemocratização, para a qual contribuíram os movimentos sociais do final dos anos 70 e início dos anos 80.

Como decorrência desta renovação, passou-se a apreender o urbano como expressão social do contraditório processo de reprodução do capital e da força de trabalho. A concepção do urbano, concretizada na cidade capitalista, como *lócus* do confronto entre sujeitos sociais aproximou os profissionais de Serviço Social a outros profissionais que intervêm na

problemática urbana na perspectiva da transformação dos fundamentos da sociedade erigida pela racionalidade do capital. Esta concepção tem por referência a compreensão de que o recurso à teoria social marxista, como fonte de interpretação da sociedade, somada às condições construídas pela luta política, constituem alguns dos pilares para a realização desta possibilidade.

Parte-se do pressuposto de que o desvendamento dos determinantes sociais da agudização da questão da habitação na realidade brasileira atual requer o uso de uma orientação teórico-metodológica que permita trazer à tona os nexos ontológicos que tornam possível caracterizá-la como parte integrante da questão social geral e revelar, também, suas particularidades. O esforço de apreensão da questão da habitação, a partir desta perspectiva analítica, orienta-se pela perspectiva da totalidade na análise das situações sociais.

Ressaltamos a importância da contribuição de estudiosos vinculados à tradição marxista para a compreensão desta questão, posto que desmistificaram a falácia da economia liberal de que a questão habitacional seria sinônima de déficit habitacional. Com esta contribuição, desnudam seu caráter estrutural e desvendam a moradia como direito dos proprietários e não como direito social público, uma vez que sua produção nesta sociedade está subsumida à busca do lucro. Entretanto, ao não estabelecerem as conexões entre o denominado problema habitacional com a forma como se organiza o trabalho na sociedade capitalista e a relação entre esta e a produção da riqueza e do pauperismo, estas concepções teóricas não valorizam um nexo ontológico fundador desta formação social e, por decorrência, elidem a importância, na produção da cidade, de outro agente modelador do espaço: a classe trabalhadora.

Por conseguinte, ao obliterarem a relação entre a questão habitacional e o papel do trabalho – agente transformador simultâneo do sujeito e da realidade, ainda que pervertido do seu significado abstrato, nas condições em que se realiza na sociedade do capital –, essas concepções teóricas tratam a questão habitacional como situação habitacional, isto é, não é considerada a totalidade do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, inclusive as permanências e rupturas, próprias de uma sociedade em estruturação permanente.

Numa direção distinta, buscamos compreender a questão habitacional como questão social plena, o que permite identificar (como procuraremos demonstrar a seguir) a íntima e recíproca relação entre o monopólio da propriedade privada e a exploração da força de trabalho – componentes fundamentais da conformação, não só da questão social habitacional, mas da questão social, como um todo.

A análise da questão habitacional, a partir de seus vínculos com o trabalho, possibilita reconhecer que nela a conexão entre riqueza e pauperismo, característica do modo de produção capitalista, adquire nitidez, pois, nesta entrelaçam-se os interesses das classes fundamentais da sociedade.

## **A PROPRIEDADE PRIVADA: CONDIÇÃO E OBSTÁCULO À REPRODUÇÃO CAPITALISTA**

A questão da moradia da classe trabalhadora foi analisada por Marx no primeiro livro de *O Capital*, no capítulo "A lei geral da acumulação capitalista". Nele, o autor sustenta que

A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 1885, p.209.)

Segundo o autor, se esse nexos entre a riqueza e a fome, próprio do modo de produção capitalista, nem sempre aparece como evidente, isso não ocorre, em um domínio específico, no domínio da questão habitacional.

Afirma Marx:

Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a conseqüente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço, e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. (Marx, 1885, p.764.)

Observa ainda o autor, que as "melhorias" urbanas que acompanham a chegada dos capitais nas grandes cidades ocorrem

[...] mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais, ampliação de ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de

bondes puxados por cavalos, entre outros, que expulsam os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos. (Marx, 1985, p.220.)

Engels, nos escritos de 1872<sup>4</sup>, polemiza com as posições proudhonianas demonstrando o caráter ilusório do programa de casa própria para a classe trabalhadora. Seu intuito é combater as ilusões pequeno-burguesas da "benção da casa própria" que propunham a transformação de todo operário em proprietário. O argumento fundamental do autor é que a falta de habitações é não apenas um mal, mas uma necessidade do processo de acumulação. Afirma que a solução para a carência ou precariedade da moradia da classe trabalhadora é inseparável da luta pela transformação social.

A argumentação de Engels baseia-se no entendimento de que a expropriação dos meios de trabalho da grande massa da população caracteriza uma das fases da formação do capitalismo. A propriedade dos utensílios e dos instrumentos de trabalho dos produtores imediatos, adquirida pelo seu esforço direto, foi suplantada pela propriedade privada capitalista assentada na exploração do trabalho alheio. No modo de produção capitalista, a propriedade privada dos meios de produção é a negação da propriedade privada individual, fundada no próprio trabalho. A posse privada dos meios de produção aprofunda as desigualdades sociais, posto que os homens encontram-se numa posição diferente ante os meios de produção, conforme as classes a que pertencem e as relações existentes de domínio e de subordinação. As riquezas naturais mais importantes e os instrumentos produtivos fixos ou mais complexos estão nas mãos das classes detentoras, assim resta aos produtores diretos oferecerem no mercado a única mercadoria que dispõem: sua força de trabalho.

A existência da propriedade privada constitui, portanto, um dos suportes fundamentais do projeto da burguesia para a conformação das cidades capitalistas. Como a cidade é um ambiente construído, na produção do espaço urbano, a terra e as edificações representam mercadorias, logo, têm preço. Entretanto, a terra é uma mercadoria com características peculiares, pois é um bem natural que não pode ser reproduzido. Mesmo sendo trabalhada, não se produz mais terra, mas sim proveitos da terra ou edificações sobre a terra.

De acordo com a análise marxista, o valor é resultante da adição de trabalho naquilo que se produz. Portanto, a terra não possui valor, mas tem preço, independente de sua incapacidade de produção ou reprodução é vendida no mercado imobiliário por uma quantia.

---

<sup>4</sup>Ano de publicação do texto *Para a questão da habitação*.

Após ser apropriada, a terra pode ser vendida, comprada e arrendada, assim como qualquer outra mercadoria.

No mercado, o valor da terra passa a ser determinado pela sua capacidade de gerar renda, ou seja, pela sua utilização como meio de produção pelo seu proprietário. Ao mesmo tempo, a naturalização da apropriação privada desse bem e sua mercantilização são difundidas junto à população para estimular a construção do desejo e da necessidade de tê-la e/ou de possuí-la em maior quantidade.

Ou seja, a existência do monopólio da propriedade privada da terra permite que seja imposto um preço ao terreno, que os indivíduos destituídos de propriedade devem pagar para adquirir o acesso à parcela do solo, à moradia e a outros atributos nela criados, tais como: a acessibilidade, o conforto, a segurança.

Conforme afirmou Marx, na sociedade burguesa “a essência subjetiva da propriedade privada (o trabalhador) aparece como exclusão da propriedade (o produto que pertence ao burguês). E, o capital, como trabalho objetivo (o produto que pertence ao burguês) como exclusão do trabalho (o trabalhador sem propriedade).” (Marx 1991: 166.) A análise do autor baseia-se no fato de que a separação entre quem realiza o trabalho e quem domina a produção deste trabalho operou uma cisão entre a essência subjetiva da propriedade privada (o trabalhador) da sua essência objetiva (o produto, que pertence ao burguês).

Com efeito, no espaço urbano capitalista, o problema fundiário reside na apropriação monopolizada de alguns sobre a terra, ao mesmo tempo em que ela é necessária à produção de moradia da classe trabalhadora. A especificidade deste monopólio da terra urbana está no fato de que, apesar de não poder ser reproduzida no e pelo processo de produção e circulação de mercadoria, ela permite “ao dono da propriedade tributar a produção e circulação de mercadoria, concorrendo para a distribuição da mais-valia sem concorrer para sua geração e realização.” (Ribeiro; Pechman, 1983, p. 32.)

É importante, também, ressaltar que a existência da propriedade privada significa, ao mesmo tempo, condição e obstáculo à reprodução capitalista. A propriedade privada do solo representa um obstáculo para a expansão das atividades capitalistas, pois é um elemento essencial à sua produção e não pode ser criado pelo capital, o que se constitui numa contradição, já que é um dos suportes fundamentais desse modo de produção. Para o capital imobiliário, esse obstáculo se coloca com maior intensidade, uma vez que necessita de grandes quantidades de terra a cada ciclo de reprodução.

A existência da propriedade privada é condição para a obtenção de uma renda denominada de renda absoluta.<sup>5</sup> No entanto, a renda do solo urbano não é resultante somente do direito à propriedade privada, pois ela sofre um acréscimo advindo, sobretudo, das vantagens locacionais que caracterizam a renda diferencial, que é decorrente, na maioria das vezes, da atuação do poder público. As vantagens locacionais aparecem, então, como elementos que permitem aos proprietários fundiários usufruírem de ganhos extraordinários nas transações com a terra. Para superar esse obstáculo, o Estado intervém por meio do fornecimento de subsídios que tornam possível a superação destes obstáculos com vistas a garantir a acumulação.<sup>6</sup>

O aparecimento da incorporação como um agente fundamental na disputa pelo espaço urbano significa um avanço do capitalismo no sentido da superação desse obstáculo. Segundo Ribeiro (1997), o incorporador assume um papel de coordenação do processo produtivo no setor imobiliário. Cabe a este comprar o terreno, aprovar a planta do edifício na prefeitura, registrar a incorporação no registro de imóveis, adquirir o financiamento para a construção e comercialização do imóvel, bem como decidir sobre as características arquitetônicas e econômico-financeiras da produção. Além disso, o incorporador decide sobre o uso do solo naquela área e para qual segmento social da população se destinará o imóvel. Atualmente, o incorporador atua em conjunto com o mercado de capitais, além dos bancos e do Estado, através de fundos imobiliários e securitização de seus ativos. A atuação dos incorporadores favorece a formação de um capital de circulação, o que lhes permite intervir no mercado de terras, definindo, com preponderância, as condições em que se darão o uso e a ocupação do solo. O anúncio, a seguir, de uma incorporadora<sup>7</sup> deixa nítida a fórmula definida para auferir seus lucros, nos tempos atuais.

Dada a redução de liquidez verificada a partir no último trimestre de 2008, mostrou-se ser correta a estratégia de basear nosso crescimento em função de nossas disponibilidades de caixa. O atual cenário mostra

---

<sup>5</sup>Segundo Marx (1985), renda absoluta é aquela obtida pelo proprietário da terra que detém o monopólio sobre este fator de produção, na forma de tributos. Já a renda diferencial é a forma de lucro suplementar alcançada por meio de uma produtividade maior, obtida pelo dispêndio de capital, de trabalho.

Com essa afirmação, o autor visa demonstrar que não são as condições naturais que produzem a renda diferencial, elas são apenas a sua base. É a produtividade, acrescida do trabalho humano, que gera essa renda. A terra é, portanto, a base para a apropriação de renda e a única fonte de valor é o trabalho.

<sup>6</sup>Para maiores estudos sobre renda absoluta e renda diferencial ver Ribeiro e Pechman, 1983, p.32-40.

<sup>7</sup>Este trecho foi extraído do Relatório anual de 2010 da incorporadora MRV Engenharia e Participações S.A. Para maiores detalhes leiam o seu, disponível em [www.mrv.com.br](http://www.mrv.com.br) e em [www.infomoney.com.br](http://www.infomoney.com.br).

crescimento na oferta de crédito por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida e redução das taxas de juros. Assim, pretendemos reduzir, ainda mais, o emprego de capital próprio em nossas atividades de incorporação, repassando aos bancos o papel de financiador de nossas necessidades de capital de giro e dos nossos clientes. Dessa forma, pretendemos aumentar a eficiência da alocação de nosso capital e a rentabilidade de nossos empreendimentos. (Relatório anual da MRV Engenharia, 2010.)

Neste contexto, a relação entre capital imobiliário e capital financeiro se complexifica, tornando-se, inclusive, parte fundamental da reação burguesa à crise do capital, iniciada na década de 70. A substituição do empréstimo convencional por títulos públicos para o setor imobiliário confere maior rentabilidade e volatilidade ao capital financeiro. No Brasil, como explicitaremos no próximo item, esta associação entre o capital financeiro e imobiliário se torna, especialmente nos tempos recentes, ainda mais íntima, posto que é por meio da transferência do fundo público para o capital privado que o Estado subsidiará boa parte da reprodução ampliada do capital neste setor.

A cidade constituiu-se, portanto, num lugar essencial para a expansão do sistema capitalista, como também, se tornou o lugar onde a habitação se transformou em uma mercadoria produzida sob as relações capitalistas e, portanto, destinada ao lucro. Seu reordenamento interno é resultante da ação de diferentes sujeitos que possuem interesses diversos e, por vezes, antagônicos. Concorrem para a definição do perfil da cidade : o Estado, as empresas, as imobiliárias, os donos da terra urbana e a população trabalhadora.

Assim, na base da expulsão dos pobres da cidade encontra-se não simplesmente a existência de uma cidade com uma superlotação de pessoas e o exercício de um planejamento urbano deficiente, mas uma classe social que se apropria da terra como forma de promover o monopólio sobre um bem natural, que não pode ser reproduzido, ao mesmo tempo, em que impõe o domínio sobre outra classe social desprovida desse bem.

Os proprietários dos meios de produção necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas; os proprietários fundiários desejam que suas terras sejam valorizadas para assim obterem uma maior renda da terra; os promotores imobiliários impõem que os seus imóveis estejam em uma parcela valorizada do espaço urbano; o Estado, sob pressão do grande capital, investe de forma

seletiva no espaço urbano, hierarquizando-o para assegurar a reprodução desigual da sociedade de classes.

A habitação se constitui, portanto, numa complexa questão com múltiplas determinações expressivas das contradições sociais geradas pelo desenvolvimento capitalista. Faz parte integrante e, a nosso ver, de maneira fundamental destas contradições a existência da propriedade privada e seu reconhecimento jurídico, o que assegura aos detentores deste direito a cobrança e, até mesmo, o despejo dos que não possuem condições de pagamento.

O fato do acesso à habitação ser determinado pelo nível de renda ou pelo salário da população é situação hoje agravada pela conjuntura de desemprego e de crescente pauperização. A divisão social e técnica do trabalho separando local de moradia e local de trabalho obriga o habitante da cidade a depender de numerosos meios de consumo para a sua reprodução diária.

A apreensão deste complexo de determinações possibilita conceber a problemática da habitação como uma questão concreta, particular e, ao mesmo tempo, como integrante do conjunto das manifestações da desigualdade entre as classes sociais, geradas na sociedade capitalista madura.

Em síntese: a questão da habitação nesta sociedade não se reduz a uma questão de distribuição social de recursos em mãos do Estado ou do empresariado, uma vez que a distribuição é inteiramente determinada pela produção, [...] não só [...] porque é distribuído o resultado da produção, mas também, porque ela determina a forma como o produtor participará da distribuição. (Marx, 1857, p.118.) Também não se trata exclusivamente de um resultado das leis objetivas do capital, e nem pode ser atribuída, unicamente, à seletividade da ação do Estado na distribuição dos bens e recursos sociais, mas resulta de uma síntese de múltiplas determinações.

Trata-se, portanto, de uma manifestação da questão social e, destarte, inscrita na produção e reprodução da totalidade da vida social. Deriva dessa compreensão a necessidade do assistente social analisar os seus determinantes históricos e conjunturais e sua expressão na sociedade brasileira atual.

Partilhamos do entendimento de que a existência de segmentos pauperizados da classe trabalhadora, privados do direito à moradia e ao trabalho, compõe uma dimensão estrutural da realização do capitalismo. Não se trata de fenômeno conjuntural ou relativo a alguns contextos espaciais; mas sim do efeito da histórica repartição desigual da localização e da qualidade habitacional entre as diversas frações de classe nas cidades capitalistas.

Salientamos que, embora constitua parte integrante da chamada questão social, a questão da habitação se expressa de forma particular. Na qualidade de expressão da desigualdade e da rebeldia, no que concerne à habitação, esta questão se aprofunda na periferia do sistema e se agudiza no atual período histórico, devido às transformações em curso na organização da produção, do consumo e no papel do Estado, em resposta à crise do capitalismo em âmbito mundial.

A sociedade regida pela racionalidade do capital carrega consigo o misterioso poder de uniformizar, sob a forma mercadoria, todas as múltiplas expressões da vida social e individual. O capital se mostra, assim, cada vez mais um ente sem qualquer impedimento à sua sanha de reprodução. Obstáculos sociais e naturais, ou veleidades culturais são rompidos ou ultrapassados à custa de um alto preço humano. Sem dúvida, a reorganização das cidades cumpre importante papel na produção de espaços adequados à expansão desta ordem. Sobretudo nas grandes cidades dos países periféricos, o permanente reordenamento das condições gerais da acumulação capitalista expressa a relação de subordinação destes países, aos interesses hegemônicos, em escala mundial.

## **AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO HABITACIONAL NA REALIDADE BRASILEIRA ATUAL**

Na sociedade brasileira na qual o desenvolvimento capitalista se efetivou sem as transformações estruturais democráticas (entre elas a reforma agrária e o acesso universal aos direitos sociais), a questão social apresenta faces particulares, cujas marcas, inscritas no processo de ocupação das grandes cidades destinadas a servir como território para a industrialização, atualizam-se ante as mudanças impostas pelo novo padrão de acumulação, agora, sob o comando do capitalismo financeiro.

O aparente caos urbano e sua intensificação, sobretudo nas metrópoles, revelam algumas das consequências do ordenamento contemporâneo do capital e do recuo do Estado na implementação de políticas públicas. Nas cidades brasileiras, esses processos articulam-se à migração da população expulsa pelo latifúndio improdutivo, ao aumento do desemprego, à existência do arrocho salarial mais pesado da América Latina e de multidões que não têm onde trabalhar, não têm o que comer e, finalmente, não têm onde morar.

Ilustram essa afirmação: 1) a previsão de que até o final de 2020, segundo projeções feitas pela ONU-Hábitat<sup>8</sup>, um em cada quatro brasileiros poderá estar vivendo em favelas;

---

<sup>8</sup>[www.umhabitat.org](http://www.umhabitat.org). Acessado em 15/04/2012.

2) o fato de que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34,2% dos municípios brasileiros não têm acesso à água potável, 3) 17 milhões de pessoas vivem em domicílios superlotados e 4) 35 milhões de residências não possuem tratamento de esgoto.

De fato, neste cenário, torna-se cada vez mais nítido que a exploração e a opressão da força de trabalho aumentam na mesma velocidade que avança a apropriação privada dos bens coletivos, tais como a terra, a educação, a saúde, entre outros. Como observou István Mészáros, “o reino do capital aproxima-se de seus limites absolutos como resultado de sua crescente incapacidade de eliminar suas contradições internas, criando uma crise estrutural global do capital” (p. 15). Neste contexto, redefine-se um novo modo de vida que se traduz por novas formas de segregação, por meio das quais as relações de propriedade conformam uma morfologia social crescentemente hierarquizada.

Com base nesta linha de argumentação, pode-se afirmar que a apreensão do processo de territorialização da nova dinâmica socioeconômica exige não apenas considerar que o processo de produção do espaço está intimamente imbricado ao processo de reprodução ampliada do Capital, mas também a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo<sup>9</sup>, o que conduz à constituição de uma unidade contraditória, na qual o moderno e o atrasado são faces de uma mesma racionalidade que tem por fim precípuo a busca do lucro.

A partir desta perspectiva de análise, Cassab comenta alguns dos efeitos da reestruturação urbana sobre a vida cotidiana. Afirma a autora:

[...] Ao contrário da cidade moderna, que com suas praças, monumentos e jardins estimulava a presença e aglomeração das pessoas nas ruas, a cidade contemporânea não propicia tal presença. A cidade cresceu demais, tornou-se mais e mais impessoal e, principalmente, transformou-se num lugar violento, perigoso e ameaçador [...]. (Cassab, 2001, p. 116.)

---

<sup>9</sup> No primeiro capítulo do livro *História da Revolução Russa* (1930), encontra-se uma apresentação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como proposição de alcance universal. A teoria, proposta originalmente por Trotsky, fornece não apenas sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, mas também, visa romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo. Para o autor, o desenvolvimento desigual e combinado ocorre na medida em que um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados sem ter que vivenciar uma série de etapas intermediárias. No entanto, nesse processo, os países atrasados assimilam diversas fases do processo histórico de forma irregular, complexa e combinada que conformam uma desigualdade de ritmo no processo de participação na construção da totalidade do sistema capitalista.

Diante desta cidade impessoal, os moradores, sobretudo os mais ricos, criam formas de autoproteção enquanto aos mais pobres resta a insegurança e a violência. A autora não formula uma visão ingênua, acrítica, que leve a perceber a cidade como uma realidade estruturada por si mesma, possuidora de suas próprias regras de formação e de transformação. Antes, em sua elaboração, a cidade é uma expressão de estruturas societárias bem mais amplas e mais profundas, que necessitam ser decifradas para que se torne possível identificar as funções que lhes são atribuídas em distintos contextos históricos e sociais.

Neste sentido, concebe a cidade como:

[...] o lócus mais complexo, onde se desenvolvem ao máximo a produção e a circulação de bens. Ela é, por excelência, o espaço da circulação, no qual os acontecimentos no cotidiano dos seus habitantes se passam no ritmo das necessidades da produção e do consumo das mercadorias e bens simbólicos. (Cassab, 2001, p. 130.)

Da mesma forma, não há no pensamento de Cassab uma visão orientada pela compreensão de que as cidades modernas, ao contrário das atuais, foram estruturadas para a aproximação de homens e mulheres e para a sua libertação dos grilhões próprios da época anterior, mas sim de que, diferentemente da cidade que serviu de sustentáculo à produção industrial, a cidade atual cumpre papel decisivo no processo de modernização, pela via da internacionalização, dirigido não mais pelo capitalismo industrial, mas pela “financeirização” da economia em um novo estágio da acumulação. Nas duas situações históricas, há a busca pela instauração de uma nova ordem espacial que se torna meio e resultado de uma nova ordem societária. (Topalov, 1990, p.32.)

Nas áreas onde já estão localizadas as grandes instituições e empresas (nacionais, multinacionais e transnacionais) de serviços especializados na área financeira manifestou-se a concentração de informações e comunicações, de mercados diversificados, como também, de força de trabalho, de infraestrutura e equipamentos coletivos e, ainda, de instâncias de decisão política. Estas condições, estratégicas à reprodução do capital, têm sido transformadas em “lócus por excelência” da territorialização da nova dinâmica de acumulação.

Estima-se que existem hoje, na escala mundial, cerca de 300 centros com mais de um milhão de habitantes. O produto das mega-aglomerações urbanas, como as de Tóquio e de Chicago, supera largamente o de alguns países, tais como Brasil e México. A metrópole, portanto, não é unicamente um aglomerado urbano com população superior a um milhão de habitantes, conforme caracterização do IBGE, mas a

[...] expressão materializada de novas formas econômicas (oligomonopolistas) e dos novos patamares financeiros e técnicos do processo de acumulação de capital. Expressa, dessa maneira, o espaço urbano-metropolitano poder e expropriação e também domínio e alienação. [...] Metrópole e acumulação configuram, teoricamente, duas faces da mesma moeda. (Ribeiro, 1986, p.24, grifos nossos.)

Soja (1993) considera que é equivocada a interpretação da reestruturação urbana baseada na ideia de que estamos em face da existência de cidades pós-industriais, pois a industrialização continua a ser a força propulsora do desenvolvimento no mundo contemporâneo.

A mundialização da economia pode ser, de acordo com o autor, creditada ao capitalismo financeiro – que resulta da mútua e íntima relação entre o capital bancário e industrial. Porém, para este autor, o comando da acumulação permanece baseado no capitalismo industrial.

Partilhamos da mesma compreensão, pois entendemos que é por intermédio da extração da mais-valia, oriunda da exploração da força de trabalho no âmbito da produção, que o valor é criado.

Convém ressaltar, todavia, que o declínio da proporção relativa de empregos industriais, notadamente nas indústrias pesadas e empregadoras de trabalhadores com nível mais avançado de organização sindical, em virtude das alterações no processo produtivo, tem gerado mudanças na conformação do mercado de trabalho urbano e repercutido na própria estruturação das relações entre as classes sociais e o espaço metropolitano. Ao lado do desemprego e do aumento da informalidade e dos processos de subcontratação que levam à redução salarial e à queda brutal da qualidade de vida, surge um segmento de classe, uma elite transnacional que, por possuir acesso ilimitado ao consumo, impõe um novo estilo de vida, que inclui, por exemplo, a pressão pela expansão da oferta de bens relacionados à

indústria do turismo. Constatase o grande interesse do capital na difusão/imposição deste estilo de vida, o que propicia uma articulação entre capital imobiliário, capital financeiro e as redes de prestação de serviços e de comércio.

Esta dinâmica acarreta, conforme já referido, o aumento da concentração de renda, da segregação e a autosegregação das elites nos espaços metropolitanos, assim como o acirramento das lutas por condições de vida e de trabalho.

Provavelmente, a face mais visível da radicalização da questão social no urbano é a existência, em contraponto aos aglomerados de exclusão (favelas, cortiços e loteamentos clandestinos), de enclaves fortificados e autosegregados formados pelos condomínios de classe média alta. Nos dois *habitats*, nos aglomerados de exclusão e nos enclaves ocorre, segundo Cassab (2001), a partilha de valores, ideias e modos de vida, que interagem, ainda que parcialmente, na configuração da totalidade urbana.

Também se aglomera, cada vez em maior número, aqueles que não moram, vivem sem teto, embaixo dos viadutos e nos bancos das praças, imersos na voragem da fome, da sujeira e das doenças.

A mercantilização de todas as esferas da vida social e o conseqüente aguçamento dos antagonismos e contradições sociais têm sido difundidos ideologicamente como caos, desordem e crise, diante de uma pretensa ordem que precisaria ser (re)criada. Por meio desta manipulação ideológica, busca-se obliterar os fundamentos do antagonismo social, ao mesmo tempo em que se propaga a necessidade do uso, cada vez mais intenso, de mecanismos de engenharia de segurança e controle, bem como de adoção do planejamento estratégico, baseado na racionalidade da eficiência e da rentabilidade. Estas novas diretrizes favorecem a redução do significado da cidade à sua funcionalidade para o capital e para os que usufruem e se incorporam aos circuitos que garantem a acumulação.

Se para os trabalhadores que tentavam alojar-se nas primeiras cidades industriais estava se gestando, não apenas um novo mundo, prenhe das promessas do progresso e da integração, mas também, um novo modo de viver e morar, no qual o agrupamento isolado começava a ser substituído pela aglomeração, expressiva das condições gerais de produção; para os trabalhadores das grandes cidades do presente, nas quais e por meio das quais se busca a articulação global da economia de modo desigual e combinado, impõem-se a incerteza e a insegurança quanto à sobrevivência e à reprodução diária de sua força de trabalho.

Estes processos, geradores da desconstrução/reconstrução da grande cidade do capitalismo, responsáveis pela polarização social contemporânea, têm sido acompanhados de forte tendência à perda de sentido e de significados sociais e pela conseqüente sensação de incapacidade, sentida por muitos homens e mulheres, de tomarem em suas mãos as rédeas da história.

A realização desta dinâmica não ocorre, contudo, sem resistências e objeções. Movimentos sociais, em diversas partes do mundo, têm procurado ressignificar o fazer político, por meio de ações que mobilizam milhares e, até mesmo, milhões de pessoas, articuladas em torno de novas demandas e questões supralocais. Demonstram, desta forma, compreensão dos determinantes e contradições sociais resultantes da natureza do desenvolvimento capitalista, e da conseqüente necessidade, trazida por esta dinâmica, de incorporação crescente de novas esferas, espaços, territórios e instâncias da relação social à lógica econômica e espacial imposta pelos países centrais e pelas corporações transnacionais.

Nas condições particulares da realidade brasileira atual as estratégias da burguesia para fazer face à crise conjugam-se aos traços históricos da revolução burguesa no país, acarretando uma exponencial desigualdade de classe.

Florestan Fernandes (1987), em *A Revolução Burguesa no Brasil*, ressalta que a sociedade de classes engendrada na periferia é incompatível com a universalização dos direitos sociais. A relação entre a burguesia e a classe trabalhadora no país tem, de acordo com o autor, entre suas principais marcas o comportamento particularista e egoísta da burguesia associada ao capital internacional, gerador de exclusão, por vezes total, dos não possuidores dos meios de produção.

Com esta afirmação, o autor sustenta a interpretação de que a realidade brasileira não se move única e exclusivamente no sentido de responder às pressões e forças externas, mas, também, a interesses construídos internamente. Esta concepção permite perceber os processos históricos e sociais que interagiram no sentido de determinar ou condicionar as decisões das frações burguesas que assumiram o poder no país.

Esta orientação teórica parece-nos especialmente importante para, em primeiro lugar, reafirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu sem ruptura com as formas anteriores de apropriação da riqueza, como é o caso do latifúndio. Em segundo lugar, porque em momentos nos quais a economia mundial conheceu um período de prosperidade, do qual extraíram algum proveito certos países periféricos como o Brasil, que já possuíam alguma acumulação interna e cujos Estados-Nação obtiveram condições de autonomia que permitiram

acionar medidas de estilo keynesiano, tais medidas orientaram-se para a industrialização via substituição de importações e incorporaram apenas alguns segmentos da classe trabalhadora.

De fato, o Estado interventor brasileiro surgiu aprofundando as desigualdades sociais. Coube a ele o desempenho de papel fundamental na criação de uma sociedade capitalista industrializada. Todavia, o desenvolvimento ocorrido neste período não alterou o padrão dominante da relação entre o Estado e as “classes que vivem do trabalho<sup>10</sup>”, qual seja: a exclusão social e política da massa trabalhadora e a utilização dos meios coercitivos no enfrentamento dos conflitos sociais.

No contexto atual, radicaliza-se a questão social com suas expressões no meio nas lutas por terra, moradia, emprego e condições de trabalho. Movimentos dos Sem Teto, movimentos de luta por Reforma Agrária, movimentos indígenas, movimentos operários terceirizados da construção civil, entre outros possuem em sua diversidade:

Uma trama comum, (...) a trama dos destituídos de todas as formas de propriedade afora a sua força de trabalho – o conjunto dos membros das classes trabalhadoras forjados na sociabilidade sob o comando do capital. A sua sobrevivência depende da produção direta dos meios de vida ou da oferta de emprego pelo capital – cada dia mais restrito e carente dos correspondentes direitos – para obtenção do equivalente necessário à sua sobrevivência e preservação de patrimônio cultural." (Iamamoto, 2008, p.118.)

Em resposta aos movimentos contestatórios ou no intuito de prevenir sua emergência ou amplificação, o Estado, a serviço do grande capital, incide fortemente na busca do consenso necessário à preservação da legitimação do poder dominante. Nesta direção, reconfiguram-se as políticas sociais, que assumem um crivo privatista e focalizado. Ao mesmo tempo ocorre o aumento do uso da repressão, especialmente contra os segmentos mais pauperizados.

A política habitacional que vem sendo implementada no país nos anos recentes é reveladora do profundo giro do governo federal na direção da submissão do trato da questão habitacional aos interesses do capital financeiro e imobiliário .

---

<sup>10</sup> Expressão cunhada por Ricardo Antunes em seu livro “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”. São Paulo, Editora Cotez, 2007.

Conforme já mencionado, a associação entre o capital financeiro e o imobiliário não é recente. Enquanto o construtor necessita de financiamento, devido ao longo processo de produção das mercadorias, bem como para custear a mão de obra e arcar com o custo do solo urbano, boa parte dos compradores não possuem recursos ou não possuem interesse de imobilizar recursos em mercadorias do setor imobiliário. Porém, essa estreita articulação entre o capital financeiro e o imobiliário intensificou-se nos últimos anos no Brasil, como procuraremos demonstrar a seguir.

No país, a partir da Lei 9514 de 1997, estabeleceu-se mecanismos de securitização imobiliária, que possibilitam a transformação de bens imóveis em títulos mobiliários negociados no mercado financeiro. Por intermédio das companhias de securitização imobiliária (criadas pela mesma lei), converte-se o crédito imobiliário proveniente de bancos e construtoras, em títulos, que são negociados no mercado financeiro. Amplia-se, assim, a capacidade de giro de capital das incorporadoras e construtoras e aumenta a capacidade de investimentos das empresas do setor da construção civil, uma vez que podem construir, financiar e vender um imóvel e repassar as dívidas dos compradores a uma companhia securitizadora, que as transformam em títulos. Dessa forma, as construtoras e incorporadoras captam recursos e podem reinvestir o capital em outro empreendimento, o que acelera o tempo de rotação do capital. Por meio deste mecanismo, o capital imobilizado nas construções ganha mobilidade e pode se reproduzir com maior velocidade.

A crise desencadeada em 2008, a partir da expansão imobiliária nos EUA e a crescente expansão da produção e crédito imobiliário no Brasil, bem como a regulamentação de novos produtos financeiros a ela relacionados, sinalizam, também, a centralidade da propriedade privada no processo de reprodução do capital a partir da reprodução do espaço no momento atual.

Segundo Harvey (1982), para superar seus próprios limites o capital necessita, constantemente, disponibilizar massivos investimentos para a construção de um ambiente físico propício à realização da produção e do consumo. Esta necessidade se manifesta de maneira mais aguda nos períodos de crise, em que a reprodução do capital requer a expansão de seus domínios e, para tanto, impõe a busca de novos usos lucrativos para o capital-dinheiro excedente diante do esgotamento de veículos de valorização fictícia.

O ingresso massivo de capital internacional no mercado nacional de produção habitacional ocorreu durante o período da crise das hipotecas nos EUA. Entre 2006 e 2008 as principais incorporadoras imobiliárias e empresas com atuação no ramo imobiliário brasileiro

transacionaram títulos e ações nas bolsas de valores, que possibilitaram grandes investimentos na aquisição de estoques de terras. Segundo Conte (2008), a renda variável captada no mercado de títulos e ações pelo setor imobiliário, em 2007, chegou a R\$ 12 bilhões, o que permitiu a realização de investimentos na aquisição de estoques de terras e a ampliação da atuação das empresas em diversas cidades.<sup>11</sup>

Neste contexto, as políticas de habitação foram modificadas para adequarem-se a uma nova lógica que estava se consolidando. Não obstante, apesar da criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, os recursos federais de financiamentos e subsídios para habitação concentram-se na produção de mercado. A implantação do programa Minha Casa, Minha Vida revela e consagra essa tendência. A demanda pública de famílias com até 3 salários mínimos ser atendida por meio de empreendimentos habitacionais promovidos por promotores imobiliários do circuito privado, desde a promoção da terra urbanizada até a entrega das unidades, atesta a opção por essa lógica. Como essa opção torna-se, muitas vezes, inviável em virtude da incompatibilidade entre o preço da terra urbanizada e o preço de venda das unidades definido pelo Conselho Gestor do FGTS, é necessário que os diversos governos municipais viabilizem a demanda pública por unidades habitacionais (muitas delas originadas em casos de remoção de áreas de risco, áreas ambientalmente protegidas ou afetadas por projetos e intervenções públicas), disponibilizando terras de domínio público mediante doação de glebas. Além disso, para tornar esta demanda solvável, foi preciso um massivo investimento em subsídios públicos.

## **PROPOSTAS PARA o DEBATE**

É neste quadro no qual não "basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada" (Arantes, 2000, p.50), que se inscreve o trabalho do assistente social que atua em instituições formuladoras e/ou implementadoras da política habitacional na sociedade brasileira atual. Por ser trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, cujo objeto de intervenção são as expressões da questão social, sua ação está imersa na tensão entre a direção teórica e política que pretende imprimir e as

---

<sup>11</sup>No mesmo período, acompanhando o aumento do trabalho assalariado formal (Remy & outros, 2011), as principais fontes de financiamento do consumo da habitação (FGTS e SBPE) ampliaram não somente o volume geral de seus recursos, mas também o montante destinado a investimentos na produção habitacional. O volume de investimentos da CEF na produção habitacional saiu de R\$ 9 bilhões em 2005 para mais de R\$ 47 bilhões em 2009. Durante o mesmo período, os financiamentos habitacionais com recursos das cadernetas de poupanças (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE) saltaram de R\$ 5 bilhões em 2005 para R\$ 34 bilhões em 2009.

exigências demandadas pelos empregadores, num contexto de forte ofensiva do capital sobre os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Neste momento bastante distinto do contexto da emergência do projeto ético-político – posto que se vive um contexto avesso às influências democráticas –, torna-se necessário aos profissionais que optam por pautar sua atuação com base nos compromissos desse projeto, aprimorar os seguintes esforços coletivos: o investimento na formação teórica, na aproximação com os movimentos sociais e o investimento na organização política da categoria.

Neste sentido, sugerimos o aprofundamento da apreensão de categorias do universo marxiano que auxiliem na elucidação dos determinantes sociais da questão habitacional e da análise dos processos sociais que engendram o atual estreitamento da relação entre o capital financeiro e o imobiliário e suas repercussões sobre as condições habitacionais da maioria da população residente nas metrópoles do país. Essa apreensão contribui para desvelar que a segregação socioespacial a que milhões de trabalhadores brasileiros estão submetidos possui como elemento fundante a existência da propriedade privada. Sua generalização torna o espaço urbano um espaço destinado, principalmente, à troca e não ao uso. A superação da segregação só pode vir a ser plenamente alcançada quando a propriedade privada – a expressão material e sensível da vida humana alienada – for ultrapassada e, em seu lugar, materializar-se o projeto de apropriação da efetividade humana.

Assim, a não apreensão da propriedade privada da terra e do solo urbano enquanto elemento fundante da desigualdade do acesso aos bens e serviços urbanos entre as classes sociais, logo, elemento obstaculizador da realização da vida, tende a dirigir a intervenção profissional para a busca da contenção dos conflitos resultantes da luta pela cidade. Trata-se, assim, a questão habitacional como uma carência individual, cuja solução só pode ser oferecida aos consumidores que possuem condições de adquirir crédito com garantias contra os riscos temidos pelos agentes financeiros. Concepção, amplamente difundida pelos dominantes, que não reconhece os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, como sujeitos de direitos, uma vez que não possuem condições de acesso ao mercado.

Ao conceber a propriedade privada como algo a-histórico e, portanto, perene e natural, não se apreende uma de suas dimensões: a dimensão subjetiva, resultante da violenta apartação do trabalhador da posse dos meios de produzir e viver, o que dificulta a construção de um exercício profissional que reelabore de forma crítica e propositiva as requisições impostas pelos gestores das políticas relacionadas com a questão habitacional e afins.

Articula-se à proposta de aprofundamento teórico, a sugestão de que em nossa intervenção profissional busquemos estreitar os laços ou estabelecer uma aproximação (onde não há) com os movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade. Avaliamos que o diálogo com representantes de movimentos sociais autônomos contribui para o reconhecimento das demandas oriundas da luta e do debate coletivo. Observamos que o reconhecimento dessas demandas e a análise teórica de seus determinantes sociais podem contribuir, não só para revitalizar a ação profissional, como também, para qualificar a intervenção do movimento social na luta pelo direito à cidade.

Por fim, propomos o fortalecimento da organização política da categoria profissional, articulada aos movimentos combativos da classe, para que coletivamente construamos ações de enfrentamento ao autoritarismo dos agentes institucionais que tentam impor, num contexto de forte precarização das condições de trabalho, o exercício de uma prática profissional reiteradora da expulsão dos segmentos pauperizados da cidade.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Editora Cotez, 2007

ARANTES, O. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: *A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos*. Org. VAINER, C.; MARICATO, E. & ARANTES, O. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CASSAB, M. A. T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza*. Niterói: Intertextos, 2001.

CONTE, G. *O que mudou com as incorporadoras que entraram no mercado de capitais*. *Construção e Mercado*, nº81. Abril 2008.

ENGELS, F. *Para a questão da habitação*. Lisboa, Avante, 1984.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980

IAMAMOTO, M. *A mundialização do Capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil*. In Revista Em Pauta: nº 21, Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social – UERJ, junho/2008, pp.117-139.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Censo 2010. Divulgado em dezembro de 2011.

LIMA, S. L. R. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: 2004.

LÖWY, Michael. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, Revista Outubro, n. 01, p. 73 - 80. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf)>. Acesso em: 22/10/2012.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MÉSZÁROS, István. *A ordem da reprodução sócio metabólica do capital*. In: Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.p. 94-132.

MARX, K. *O capital: a crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, liv. 1. v. II, 1985.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. In: Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. 5ª Edição. São Paulo: Nova cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1991.

RIBEIRO, A.C.T. *Cidade, reivindicações e equipamentos coletivos*. In: *O desenvolvimento urbano em questão. Textos Didáticos*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2001.

RIBEIRO, L. C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q. PECHMAN, R. M. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SINGER, P. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade no Brasil industrial)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOJA, W. Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TOPALOV, C. *Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?* Espaço e Debates, São Paulo, n.34, 1991.

REMY, M. A . P. A. Queiroz, S. N & Silva FILHO, L. A. *Evolução recente do emprego formal do emprego no Brasil: 2000-2008*. Encontro Acebep, 2010.

Relatório Anual de 2010 da MRV Engenharia e Participações S.A. Disponível no em [www.mrv.com.br](http://www.mrv.com.br) e em [www.infomoney.com.br](http://www.infomoney.com.br).

Recebido em: dezembro 2012